

Talyta Conrado Braga Deolindo<sup>1</sup>, Natália da Cunha Medeiros<sup>2</sup>

Eixo: 5 - Gênero, sexualidades e violência doméstica

## **Sexualidade e Deficiência: Uma Leitura Crítica do Familismo**

### **1. INTRODUÇÃO**

A sexualidade da pessoa com deficiência ainda é envolta em preconceitos e silenciamentos, especialmente durante a infância e a adolescência, fases marcadas por mudanças significativas no corpo e no desenvolvimento pessoal. No centro desse cenário, a família desempenha um papel fundamental como primeiro espaço de formação afetiva, social e sexual dessas pessoas. No entanto, muitos responsáveis sentem-se despreparados ou inseguros para abordar o tema, seja por tabu, falta de informação ou pela crença de que crianças e adolescentes com deficiência não vivenciarão a sexualidade da mesma forma que os demais. Essa omissão pode comprometer o desenvolvimento da identidade e da autonomia desses sujeitos, além de torná-los mais vulneráveis a diversas formas de violência e exclusão. Embora a escola também tenha responsabilidade nesse processo, é no ambiente familiar que se constroem os primeiros entendimentos sobre o corpo, os sentimentos e os limites. Diante disso, este trabalho objetiva analisar a relação entre família e educação sexual da pessoa com deficiência, à luz do conceito de familismo no Serviço Social. Espera-se que este artigo contribua para a reflexão e o fortalecimento do papel da família na formação da sexualidade da pessoa com deficiência.

### **2. DESENVOLVIMENTO**

Historicamente, a pessoa com deficiência no Brasil foi marcada por exclusão e invisibilidade social. Práticas de abandono já ocorriam nas comunidades indígenas, onde, segundo Figueira (2018, p. 16), crianças com deformidades eram vistas como maldição e, muitas vezes, sacrificadas. No período colonial, escravizados com deficiência eram marginalizados e relegados aos “mais baixos escalões da sociedade” (FIGUEIRA, 2018, p. 64), reforçando a associação entre deficiência e inferioridade. No século XX, consolidou-se uma perspectiva médica e segregacionista, que tratava a deficiência como patologia a ser reabilitada, promovendo o isolamento institucional em detrimento da inclusão (FIGUEIRA, 2018; SASSAKI, 2010). Com o fortalecimento das lutas por direitos e o avanço das políticas públicas, sobretudo após a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; talytaconrado9@gmail.com

<sup>2</sup>Graduada em Psicologia pela Universidade Veiga de Almeida e pós graduada em educação especial inclusiva, Universidade Cândido Mendes; nataliamedeiros3@gmail.com

(2015), a pessoa com deficiência passou a ser reconhecida como sujeito de direitos. Ainda assim, persistem resquícios da lógica assistencialista e medicalizante, e práticas excludentes continuam presentes na cultura e nas instituições. Para Silva (2006), o “estranhamento causado pela deficiência” está ligado a padrões sociais que associam valor à normatividade corporal.

O conceito de familismo, amplamente debatido no Serviço Social, ajuda a compreender como a responsabilização da família por demandas sociais desconsidera as determinações estruturais que atravessam suas condições de vida. Essa lógica reforça discursos moralizantes e culpabilizadores, que atribuem às famílias a solução de problemas coletivos. Quando aplicado à sexualidade da pessoa com deficiência, o familismo pode contribuir para o silenciamento e para o reforço de modelos familiares idealizados — heteronormativos, religiosos e tradicionais — que ignoram múltiplas formas de cuidado e convivência.

A influência religiosa, especialmente quando articulada a valores conservadores, intensifica o controle sobre o corpo e o desejo, afetando de forma direta pessoas com deficiência. Essa moralização contribui para o apagamento de temas como prazer, autonomia e afetividade. Como apontam Maia e Ribeiro (2010), persistem mitos como a assexualidade, hiperssexualização ou incapacidade de estabelecer vínculos dessas pessoas, o que reforça visões distorcidas da sexualidade como algo desviante do padrão social.

Além disso, adolescentes com deficiência visual, por exemplo, enfrentam barreiras significativas quando a educação sexual é ignorada no ambiente familiar. Gonçalves et al. (2023) demonstram que a falta de orientação adequada os torna mais suscetíveis à violência, ao abuso e à desinformação sobre seus próprios corpos. Essa omissão costuma ser justificada por valores religiosos que associam a sexualidade ao pecado ou à desobediência. Nesse sentido, Maia (2010) afirma que “a sexualidade é uma construção histórica e social e não pode ser dissociada das ideologias e crenças que a moldam”.

Esta pesquisa está ancorada no método materialista histórico-dialético, que busca compreender os fenômenos sociais em sua totalidade, considerando as determinações econômicas, políticas e ideológicas que estruturam as relações sociais. Esse referencial permite desvelar as contradições do Estado burguês em relação à efetivação dos direitos sexuais das pessoas com deficiência, especialmente quando esses direitos são obscurecidos por discursos morais e familiares. A investigação é de natureza bibliográfica, fundamentada em produções acadêmicas dos campos do Serviço Social e da Psicologia sobre sexualidade, deficiência, familismo e educação sexual.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A sexualidade da pessoa com deficiência, especialmente na infância e adolescência, ainda é marcada por silenciamentos e preconceitos. Como afirma Maia (2011), a deficiência não compromete a sexualidade, mas sim a forma como ela é socialmente interpretada “por meio de estigmas, mitos e preconceitos”. A negligência da família e da escola reforça esse silenciamento, sustentando crenças equivocadas como a assexualidade ou a incapacidade afetiva dessas pessoas.

A educação sexual, nesse contexto, assume papel essencial para a formação crítica e cidadã, promovendo a compreensão do corpo, do desejo, dos limites e do respeito ao outro. Segundo Maia e Ribeiro (2011), ela deve ser “intencional, crítica e libertadora”, indo além da informação biológica para incluir valores e escolhas conscientes. Dessa forma, este trabalho reafirma a necessidade de políticas públicas e da atuação conjunta entre escola, família e profissionais, para reforçar a importância da educação sexual inclusiva e reconhecer a sexualidade como parte integrante da dignidade humana é passo essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e comprometida com os direitos humanos.

#### **4. REFERÊNCIAS**

- BEZERRA, C. P.; PAGLIUCA, L. M. F. A vivência da sexualidade por adolescentes portadoras de deficiência visual. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo*, v. 44, n. 3, p. 578-583, 2010.
- CASTILHO, E. A.; HORST, D. M. Familismo, bolsonarismo e o projeto "Família na Escola". *Revista Katálysis*, v. 27, n. 1, p. 136-146, 2024.
- FIGUEIRA, E. *Caminhando no silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Giz Editorial, 2018.
- MAIA, A. C. B. Educação sexual e sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência visual. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 6, n. 3, p. 90-101, 2011.
- MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.
- SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
- SILVA, L. M. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 424-436, 2006.